

EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA DO SUL:

Da Fragmentação Colonial ao Espaço Regional Transnacional da União Sulamericana

Patrícia Nasser de Carvalho¹ - Elói Martins Senhoras²

Universidade Federal Fluminense (UFF)¹ - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)²

✉ patinasser@yahoo.com.br¹ - eloi@ige.unicamp.br²

Resumo

O artigo desenvolve um estudo sobre a história da América do Sul com o objetivo de demonstrar que a formação territorial do continente é permeada por processos de fragmentação e integração de maneira reflexiva a três momentos específicos de sua inserção histórica no sistema internacional. Com esta discussão procura-se a compreensão de que a problematização do espaço sul-americano no atual estágio de integração da economia-mundo demonstra uma superação do caráter dual do território presente na unidade do Estado territorial - *nacional e internacional* - em detrimento de novos espaços cooperativos políticos e econômicos que tendem a quebrar a unidade soberana estatal por meio da categoria escalar híbrida intitulada *regionalismo transescalar*.

Palavras-chave: *América do Sul, formação territorial, regionalismo transescalar.*

1 – Introdução

A dissociação entre representações dominantes do espaço e práticas espaciais tem sido uma característica recorrente de momentos de inflexão que assinala mudanças na periodização histórica por meio de deslocamentos na configuração territorial do espaço político.

O surgimento da época moderna trouxe importantes mudanças em relação ao período anterior, pois o nascimento do Estado moderno definiu o marco da centralidade territorial e institucional do poder político que no momento anterior fora disperso e fragmentado.

O papel da territorialidade no sistema de Estados modernos demonstra que a formação sócio-espacial dos países tem sido um meio e produto de uma historicidade relacional engendrada no âmbito nacional e internacional.

O pacto legitimador do Estado moderno se confirmou na Europa a partir da desarticulação de práticas medievais em detrimento do surgimento de dois vetores fundadores complementares. De um lado, o pacto interno legitimador da centralidade territorial de obediência civil surgiu com o “contrato social” negociado junto aos atores subnacionais e com a construção de uma máquina administrativa. De outro lado, o pacto externo legitimador da soberania em relação a outros Estados foi inaugurado no Tratado de Westfália¹. (Castro, 2005).

No decurso de meados do século XIV a meados do século XV, a sociedade feudal sofreu uma sucessão de problemas cuja periodicidade, continuidade e resultados deixaram claro que se tratou de uma crise estrutural. A solução para o mundo europeu abalado pela crise do feudalismo foi encontrada no campo comercial, através da expansão marítima, sob a liderança de alguns Estados recém centralizados.

Quadro 1 – Unidade e Fragmentação na América

<i>Unidade</i> (+) ↓ <i>Fragmentação</i> (+++)	<i>Américas do Descobrimento</i>	Nos primeiros tempos do descobrimento a América possuía uma unidade trazida pelo desconhecimento de sua realidade, enquanto um espaço a ser descoberto, onde predominava a imaginação do inexplorado <i>Novo Mundo</i> .
	<i>Américas da Colonização</i>	A colonização européia rompeu a unidade ilusória da América do descobrimento de Colombo, fragmentando-a em territórios desconectados entre si, mas articulados pelos pactos coloniais da economia mercantil engendrada pelas monarquias européias.
	<i>Américas da Independência</i>	A fragmentação do Continente Americano ampliou-se com os processos de formação dos Estados Nacionais Americanos que foram trazidos pelos movimentos libertadores de independência nos séculos XVIII e XIX.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Magnoli e Araújo (2003).

No estudo da especificidade da formação da América do Sul é observado que a busca pelo poder dos recentes Estados europeus centralizados, Portugal e Espanha, emergiu além das fronteiras

¹ A emergência do princípio da territorialidade moderno originado com o Tratado de Westfália (1648) tem sido o marco basilar dos estudos políticos e geográficos ao delimitar na esfera da soberania do Estado territorial a contenção entre o espaço subnacional e o espaço internacional.

européias por meio de interesses e conflitos de conquista territorial do *Novo Mundo* que vieram a presidir a organização do espaço e portanto influenciando definitivamente transformações em sua formação territorial e política a partir de então.

Segundo Ruggie (1993) a dinâmica originária do sistema capitalista consolidou a formação de Estados Nacionais territoriais e hoje exerce novas tendências que têm mudado a configuração territorial do espaço soberano dos Estados Modernos no período de integração da economia-mundo intitulado globalização.

O deslocamento de certas funções estatais tem moldado formas pós-modernas de configuração do espaço político e econômico indicando mudanças na importância da territorialidade nas relações nacionais e internacionais.

O declínio do papel do Estado na regulação de atividades econômicas em seus próprios mercados nacionais e o advento de integrações regionais transnacionais engendradas por atores privados *de facto* e legitimados *de jure* pelas políticas interestatais tem sido um dos sinais mais evidentes das atuais transformações.

A despeito do surgimento de redes transnacionais materiais e imateriais que recortam globalmente todos os espaços em uma tendência de *desterritorialização* dos fluxos, confirmado a interpretação que a economia-mundo tende a ser integrada em *um espaço unitários sem territórios*, os conceitos de território e de Estado territorial mantêm as suas funcionalidades ao se observar que a integração da economia-mundo atual se faz pela construção de um *espaço que ocupa uma diversidade de territórios* ou em outras palavras, pela *re-territorialização* de novas escalas que vão além da escala do Estado Territorial.

Os processos de re-territorialização demonstram que o *recorte fixo e único do Estado Moderno* que divide o espaço político e econômico entre as categorias *nacional e internacional* tende a tomar formas mais complexas com o surgimento de um compartilhamento de governança regional por *múltiplos atores e espaços regionais de caráter transnacional*.

A problematização do espaço no atual momento de integração da economia-mundo demonstra portanto que existe uma superação do caráter dual do território presente na unidade do Estado territorial - *nacional e internacional* - em detrimento do surgimento de espaços cooperativos políticos e econômicos que tendem a quebrar a unidade soberana dos Estados sobre o território por meio de uma categoria escalar múltipla – *regionalismo transescalar*.

As mudanças nas práticas espaciais contemporâneas debilitam as estruturas dos Estados Nacionais constituídas a partir de sua fixação no território, colocando em questão a capacidade estatal na organização do espaço, enquanto instância de centralização do poder e autoridade de um espaço territorial que passa a depender de sua capacidade de se adaptar a dinâmicas compartilhadas de desterritorialização e reterritorialização junto a outros atores em que se destacam *estratégias de integração regional*.

2 - Da unidade à diversidade da formação territorial na América do Sul

O estudo da formação de qualquer sociedade a partir de seu território tem tido uma centralidade reveladora de especificidades e complexidades nos processos e fenômenos presentes na história territorial segundo diferentes periodizações.

A história da América do Sul demonstra que a formação territorial do continente é reflexiva a três momentos específicos de sua inserção histórica no sistema internacional, marcada por interações cumulativas que tem início na *formação espacial econômica* verticalizada e seletiva, recua com a fragmentação da *formação espacial política*, e procura conceber a uma configuração econômica sulamericana por meio de uma integração infra-estrutural na *formação espacial física*.

A primeira especificidade da formação sulamericana demonstra que o processo evolutivo de sua territorialidade é cumulativo e por isso criou um imenso espaço geográfico politicamente ocupado, mas economicamente vazio em sua extensão, que é reticularmente ocupado naquelas áreas

inseridas na dinâmica de acumulação do sistema internacional capitalista segundo o padrão centro-periferia de apropriação da riqueza ou da mais valia.

A segunda especificidade no espaço geográfico sulamericano é a variedade de estágios regionais de desenvolvimento em cada nação, com fisionomias sociais e caminhos históricos diferentemente construídos e cumulativamente amalgamados, o que confere aos países a característica de serem unidades nacionais formadas por regiões geo-econômicas que se desenvolvem em condições peculiares no esquema centro-periferia intra-nacionalmente.

Quadro 2 – Formação Espacial Sulamericana e Inserção Internacional

<i>Formação Espacial Econômica</i>	O primeiro momento de inserção da América do Sul no sistema internacional é o da <i>formação espacial econômica</i> diante do processo de colonização europeu esboçou os primeiros contornos ao continente com grandes vazios interiores em relação à densidade litorânea.
<i>Formação Espacial Política</i>	O segundo momento, marcado pela fragmentação continental perante o surgimento de interesses econômicos diferenciados no surgimento dos Estados Nacionais é o período da <i>formação espacial política</i> .
<i>Formação Espacial Física</i>	O terceiro momento é o período de formação da integração física do continente, que se iniciou por meio dos esquemas subregionais como o Mercosul e a Comunidade Andina e prospecta o avanço por meio da “Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul” nos marcos de uma União Sulamericana de Estados (UNASUR).

Fonte: Elaboração própria.

A terceira especificidade da formação do espaço sulamericana é registrada pela integração física da infra-estrutura que somente veio a aparecer de forma tardia no continente, após os processos de consolidação histórica de formação do espaço econômico e político, em contraposição à história européia, onde se registra que a formação espacial física fora anterior ou correlata ao processo de expansão espacial dos sistemas econômicos de troca ou de certa forma complementar e definidora do processo de formação espacial do poder dos Estados Nacionais, como no caso alemão.

Se por um lado as redes de infra-estrutura integram fisicamente o território sulamericano por meio de relações de interdependência em que se funda a unidade funcional do meio físico, por outro lado surge um processo de fragmentação espacial, onde está um claro campo de forças que organiza verticalmente os espaços locais em função da dinâmica dos centros nacionais e internacionais de gravidade geo-econômica, segundo um esquema centro-periferia.

Além dos determinantes geográficos naturalmente existentes e a grande extensão territorial, a falta de uma integração infra-estrutural na América do Sul tem sido interpretada por três fatores construídos e amalgamados historicamente na formação territorial do subcontinente.

Em primeiro lugar identifica-se a existência de um padrão autárquico de colonização que fora cindido entre a América Portuguesa e a América Espanhola, em segundo lugar, registra-se, um padrão econômico seletivo que criara grandes vazios e grandes núcleos de exploração e, em terceiro lugar verifica-se uma estrutura política de fragmentação do uso do espaço, inicialmente na colonização portuguesa com as sesmarias, mas em especial na colonização espanhola que criara os Vice-Reinos Espanhóis da América.

A falta de uma integração infra-estrutural na América do Sul de fato demonstra que o sonho de Bolívar com uma América Latina unida fora malogrado pelo desmembramento da Grã-Colômbia em três nações - Venezuela, Colômbia e Equador - em parte devido à ausência de vias de comunicação oriunda da história de fracionamento espacial dos antigos vice-reinos espanhóis da América, embora não seja suficiente para explicar a manutenção da unidade do Brasil após a sua independência que fora garantida pela base econômica disseminada do escravismo e pela política centralizadora e de continuidade do Império.

Perante a construção do espaço sulamericana e sua inserção internacional, identidade do continente americano e sua formação territorial surgiram relacionalmente com a criação dos processos de colonização européia do espaço do *Novo* Mundo e têm sido reinventadas desde então por distintas estratégias na história contemporânea, o que demonstra que a formação territorial do continente é marcada por uma história de diferentes projetos geopolíticos e geoeconômicos endógenos e exógenos.

2.1 – A Colonização na Formação Territorial da América do Sul

O Novo Mundo surgiu como uma verticalidade, fruto da invenção, do descobrimento e da colonização eurocêntrica, que se assentou sobre o espaço de civilizações pré-colombianas por meio da força na apropriação das riquezas naturais e do trabalho humano nativo.

A história da formação territorial desses países com passado colonial revela uma dimensão espacial significativa oriunda dos processos de colonização, que em si contém uma relação sociedade-espaço muito específica de conquista territorial verticalizada, indicando a necessidade de se observar as porosidades entre o interno e o externo existentes no território sulamericano das colônias.

A análise da formação territorial da América do Sul revela uma especificidade colonial cindida até o século XIX que fora palco de intensa influência das potências européias responsáveis pelo descobrimento e colonização: Portugal e Espanha.

Segundo Moraes (2001), a formação de qualquer território contém três dimensões de construção – bélica, ideológica e jurídica – que variam conforme as especificidades históricas e as forças presentes.

Na formação da América do Sul observa-se que a construção do território colonial exacerbou as três dimensões por meio de um processo de conquista e adesão às metrópoles que se caracterizou por verticalidades, de um lado, comportando a violência do conquistador e legitimação ideológica da cristianização do Novo Mundo, e de outro lado, sendo alvo de disputas jurídicas entre as metrópoles.

Essa formação territorial colonial da América do Sul não pode ser interpretada de maneira autóctone em detrimento da internalização de vetores bélicos, ideológicos e jurídicos oriundos dos padrões de colonização externo, predominantemente estatal no caso espanhol e engendrado de forma mista pelo Estado e pela iniciativa privada no caso português.

Como os Estados de Portugal e Espanha estiveram desde cedo empenhados em atividades exploratórias, comerciais e colonizadoras, seus interesses tornaram-se conflitantes com as grandes

navegações, o que conferiu ao poder espiritual Papal o papel de centro de arbitragem temporal sobre as descobertas e os novos territórios no ultramar através de uma série de bulas e tratados papais.

O pioneirismo português estimulado pela revolução comercial lançou o reino à conquista de territórios que margeavam desde a costa africana até as Índias, fazendo com que várias bulas pontífices legitimassem o domínio sobre ilhas e portos descobertos e por descobrir na costa da África e na restante rota para as Índias. A partir da viagem de Colombo, o reino espanhol começou a recorrer ao papado e dele obteve vários privilégios, alguns dos quais colidiam com as anteriores concessões aos portugueses. Como a disputa entre os dois reinos poderia trazer dificuldades políticas e problemas militares, o Papa Alexandre IV tentou resolver o problema por meio da bula *Intercoetera* (1493), que dividiria o mundo desconhecido através de uma linha ou meridiano de pólo a pólo, a cem léguas das Ilhas dos Açores e Cabo Verde, passando a pertencer os territórios que dessa linha ficasse para o oriente às conquistas de Portugal e para o poente às da Espanha.

A demarcação proposta pelo papa espanhol Alexandre IV não foi naturalmente do agrado do Governo de Lisboa, que contra ela protestou devido aos conhecimentos marítimos sobre o Atlântico. Celebrou-se, então, entre os monarcas os monarca português e espanhol, em Tordesilhas, o tratado que estipulou que a linha estabelecida pelo Sumo Pontífice se suporia traçada a 370 léguas para o poente das referidas ilhas.

O Tratado de Tordesilhas (1494) atendeu aos interesses das duas metrópoles nos primeiros anos da colonização do *Novo Mundo* e tornou-se um marco normativo para a formação territorial das Américas por quase dois séculos, apesar de ter sido recorrentemente desrespeitado pela dilatação do território da América portuguesa.

A conquista territorial da América Espanhola e a sua conseqüente formação sócio-espacial fora marcada pelos determinismos naturais e pelas estruturas de civilizações pré-estabelecidas do Império Inca, o que influenciou decisivamente em um padrão de expansão territorial que esteve fixado do lado do Pacífico por meio da centralização estatal de Vice-Reinados que exploraram as minas de ouro e prata em um sistema de servidão indígena abundante em mão-de-obra.

Quadro 3 – **Influências na Conquista Territorial da América do Sul**

<i>Quadro Demográfico</i>	O território do Império Inca em que o colonizador espanhol se defrontou já possuía uma densidade demográfica comparável às áreas ocupadas da Europa devido à alta solidariedade orgânica que estruturara a especialização econômico-social, redes de estradas e estruturas produtivas pré-estabelecidas de produção e escoamento de riquezas, facilitando assim o conteúdo exploratório da colonização e o seu próprio financiamento. Um quadro diverso foi encontrado pela colonização portuguesa nos territórios da América do Sul que contavam com uma baixíssima densidade populacional em tribos descentralizadas de solidariedade mecânica, forçando que houvesse a estruturação de uma infra-estrutura para a colonização na ausência de uma estrutura produtiva e a estruturação de um povoamento forçado por meio da transferência de populações indígenas e pela aquisição de escravos africanos.
<i>Recursos Naturais</i>	Nos territórios conquistados pela Espanha, além da presença de uma alta concentração populacional nativa para inserção na dinâmica de exploração do sistema colonizador, encontravam-se presentes recursos naturais valiosos de fácil exploração, principalmente minerais como ouro e prata, o que estimulou a colonização devido aos altos retornos trazidos ao empreendimento do Estado Espanhol. Por outro lado, a ausência de riquezas de fácil exploração nos territórios conquistados por Portugal acabou por desestimular muitos dos colonizadores privados que receberam capitânias hereditárias devido a necessidade de investimentos e o alto risco de retornos, o que acabou por postergar o próprio processo de exploração da colonização ao longo do vasto território.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Moraes (2001).

Na ausência de minas de ouro e prata de fácil exploração ou de estruturas sócio-econômicas de elevada concentração populacional, as primeiras linhas de expansão portuguesa no território americano surgiram com o uso da terra em monoculturas canavieiras e da necessidade de ampliação da mão de obra escrava das plantações de açúcar no nordeste brasileiro, o que veio a corroborar para a especialização da província de São Paulo na captura indígena e pela conseqüente interiorização da ocupação na própria busca do Eldorado. A sistematização dessa expansão humana no interior da América por meio das entradas e bandeiras evoluiu com os primeiros descobrimentos de ouro e diamante, favorecendo a extroversão das fronteiras portuguesas em direção ao *hinterland* sulamericano.

“A expansão territorial do Brasil, obedecendo a impulsos do capitalismo mercantil, decorreu de necessidades básicas do modo de produção que os portugueses implantaram para o colonizar, assentado na exploração extensiva da terra, na monocultura e no trabalho escravo, com vistas ao abastecimento da Europa. Senhores rurais, comerciantes aventureiros ou simples colonos, os bandeirantes, ao dilatarem as lindes do Brasil, serviram como agentes da acumulação original, cujos resultados, porém, emigraram, em grande parte, para Holanda e Grã-Bretanha” (Bandeira, 1998: 142).

As conseqüências políticas destas ondas expansivas de interiorização do espaço americano pelos portugueses e brasileiros se refletiram no Tratado de Madri (1775)² e no Tratado de Santo Idelfonso (1777) com a legitimação de um território brasileiro quatro vezes maior do que possuía com o Tratado de Tordesilhas (1504).

Se por um lado houve um longo período de expansão territorial da América Portuguesa por meio de negociações jurídicas dos tratados internacionais e pelas expansões de interiorização da colonização por meio de bandeiras e entradas e do surto de descoberta de ouro, algumas invasões francesas e principalmente holandesas fracionaram temporalmente a soberania metropolitana nos territórios da colônia americana à época da União Ibérica.

A despeito dos curtos períodos de contestação da soberania territorial da América Portuguesa ao longo do período da União Ibérica, registra-se que houve uma contínua expansão do território brasileiro sob a égide metropolitana até meados do século XVII quando os tratados internacionais de Madri e de Santo Idelfonso praticamente definiram as fronteiras atuais do Brasil³.

A histórica da formação territorial brasileira tem gratas recordações da União Ibérica pois foi a partir dela que começou a legalização da quadruplicação do território do Brasil pela penetração rumo ao Oeste além dos limites do Tratado de Tordesilhas⁴.

2.2 – As Independências Nacionais na Formação Territorial da América do Sul

² Portugal e Espanha reconheceram no Tratado de Madri, de um lado, a obsolescência e o abandono do meridiano de Tordesilhas e de todas as decisões anteriores sobre limites, e, de outro, a aceitação do princípio *uti possidetis*, que beneficiou aos espanhóis nos territórios ocupados da Ásia e aos portugueses nos territórios da América do Sul.

³ Pendências fronteiriças surgiram entre espanhóis e portugueses na América do Sul com o fim da União Ibérica, uma vez que os últimos procuravam manter as áreas ocupadas ao longo do domínio espanhol e os primeiros buscavam o recuo da expansão portuguesa até a linha do meridiano de Tordesilhas.

⁴ “Com a União Ibérica começou a legalização da quadruplicação do território do Brasil, limitado a um quarto do que viria a ser, estendido pelos bandeirantes paulistas e ibéricos, reconhecido no Tratado de 1750, entre Portugal e Espanha, negociado pelo Brasileiro Alexandre de Gusmão. A relativa longa duração da União Ibérica – 60 anos – demonstrou ao Brasil a fragilidade da dominação colonial portuguesa. Tanto assim que, logo após 1640, irrompem as primeiras tentativas de independência brasileira por um espanhol, Amador Bueno, em São Paulo, e por uma família de portugueses, os Beckman, no Maranhão, reprimidos pelo poder colonial português. As lutas populares contra os holandeses, no século XVII, no seguinte voltam-se contra os lusos em incondições de Olinda a Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. A situação tornou-se incontrolável nas rebeliões dos princípios do Século XIX – o auge em Pernambuco, 1817 -, até a inevitável separação independentista do Brasil, em 1822, contra a reação armada portuguesa em Salvador” (Chacon, 2005: 15).

A partir dos séculos XVIII e XIX ocorreram na Europa grandes mudanças na estrutura econômica, cujo impulso se origina com a liberalização comercial e com o dinamismo do capitalismo no desenvolvimento industrial e repercute na América do Sul com o aumentando na demanda de matérias-primas e com pressões para independência.

A formação territorial do continente americano no período de independência nacional é marcada pelas influências históricas dos diferenciados padrões de colonização específicos, o que veio a corroborar para a fragmentação dos territórios nos processos de formação dos Estados Nacionais Americanos.

Como as modalidades divergentes de colonização historicamente construídas ao longo do tempo dissolveram a unidade americana do Novo Mundo, elas criaram padrões ou trajetórias de dependência que nitidamente influenciaram a formação territorial das Américas no período de Independência de maneira fragmentada.

Quadro 4 – Diferenciada Formação Territorial nas Américas

<i>América Britânica</i>	A América britânica foi fraturada pela Revolução Americana em dois Estados de dimensões continentais: Estados Unidos e Canadá, que mantiveram sua unidade por meio do esquema político federativo de agrupamento dos Estados e Províncias, e da consolidação de um padrão econômico de mercado.
<i>América Portuguesa</i>	A unidade territorial da América Portuguesa manteve sua integridade física assentando-se em duas pilstras de continuidade em relação ao período colonial, por um lado na base política do Império Brasileiro, e por outro lado, na base econômica da escravidão e da oligarquia.
<i>América Espanhola</i>	Após as campanhas vitoriosas dos libertadores da América Espanhola na Independência Colonial, este território passou por um processo de fragmentação em várias repúblicas diante da diversidade de interesses oligárquicos herdados pela estrutura colonial anterior de autonomia de vice-reinados.
<i>América Caribenha</i>	A América Caribenha aprofundou o seu percurso disruptivo de diferentes colonizações européias assentadas em <i>plantations</i> e na pirataria comercial, originando um caleidoscópio de micro-Estados insulares.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Magnoli e Araújo (2003).

As mudanças no balanço do poder no continente europeu trazidas pela expansão napoleônica demonstram que a desestabilização dos governos de Espanha e Portugal com a Invasão Ibérica tornou-se em um ponto central de mudança nas relações internacionais entre as metrópoles e suas colônias na América do Sul.

Na Espanha Espanhola, alguns líderes regionais se aproveitaram do enfraquecimento do poder real Espanhol, que fora deposto e substituído pelo representante francês José Bonaparte, e intensificaram a luta pela Independência dos territórios coloniais, o que veio a acontecer até 1825 com a fragmentação da unidade imperial americana em razão do surgimento de uma diversidade de repúblicas.

Como as oligarquias regionais eram herdeiras dos aparelhos administrativos metropolitanos, elas transformaram os territórios dos antigos vice-reinados e capitanias da América Espanhola em Estados Nacionais, em um processo de fragmentação que se mostrou funcional às estruturas pré-estabelecidas no período colonial.

Na América Portuguesa, a transferência da família real e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal não só manteve a unidade colonial como fortaleceu a política imperial de expansão territorial brasileira na América do Sul.

“Com a Independência, as antigas colônias espanholas se desmembraram em várias repúblicas e ficaram a temer tanto uma expedição para a reconquista, liderada pela Santa Aliança, como uma expansão brasileira. Isto porque, tendo o Brasil optado pelo sistema monárquico de governo e continuado sob o centro da dinastia de Bragança, parecia aos revolucionários hispano-americanos que ele poderia se aliar às potências da Santa Aliança para restaurar o sistema monárquico de governo na América” (Andrade, 1989: 21).

Segundo Bandeira (1998), se por um lado a conformação definitiva e centralizada de quase todos os demais países da América do Sul ocorreu somente durante a segunda metade do século XIX, por outro lado o Império do Brasil àquela época com um Estado amadurecido se posicionava enquanto potência regional, com um instrumental bélico e diplomático, com experiência internacional.

O Estado-Império transformou o Brasil em uma nação e lhe atribuiu o manifesto predestino de potência regional, que se expressava não com a expansão de suas fronteiras, consolidadas já ao tempo da colonização, mas através de uma modernização via a industrialização e beneficiada das riquezas naturais.

A independência do Estado brasileiro esteve permeada pelos perigos da fragmentação sócio-territorial trazida pelos interesses oligárquicos diferenciados que se expressaram por meio de revoltas regionais, tal como registrado na formação das repúblicas da América Espanhola, embora a ruptura dos laços colônias tenha tomado um caminho diferenciado que fora marcado pela repressão e persuasão de uma monarquia centralizadora que se tornou em instrumento de construção política de um Estado Unitário e de manutenção econômica de base escravagista.

Neste sentido, a manutenção da unidade territorial da América Portuguesa pelo Estado Soberano Brasileiro, se do ponto de vista da *política interna* esteve assentada pela repressão às revoltas internas e pela persuasão das oligarquias com a manutenção do escravismo e de fundos territoriais⁵, do ponto de vista da *política externa* esteve permeada pela estabilização geopolítica dos território, que fora alcançada por meio da Guerra do Paraguai, conduziundo o Brasil Meridional à estabilidade e suprimindo as possibilidades de formação de um grande Estado Platino, reunindo o Uruguai, o Paraguai e algumas províncias Argentinas.

Por um lado, as peculiaridades da colonização portuguesa nas Américas condicionaram a singularidade da formação do Estado brasileiro, em termos de sua unidade, por meio de um processo de evolução que envolveu uma crescente centralização da política administrativa nas mãos do poder régio em detrimento da autonomia das autoridades locais, que por vezes, redundaram em inúmeros conflitos.

Por outro lado, o ideário de manutenção da unidade territorial hispânica conhecido como hispano-americanismo ou integração bolivariana surgiu com o objetivo de unificar politicamente a América Espanhola independente em uma república democrática organizada em bases federativas, por meio de um modelo político similar ao adotado pelos Estados Unidos.

A concepção de manutenção da unidade territorial do poder na América Espanhola surgiu como um formato geoestratégico capaz de resistir às pressões expansivas dos Estados Unidos e do

⁵ “Se refletirmos sobre o que estava ocupado no território brasileiro pela economia colonial no momento da independência, constataremos que era apenas 1/5 do território, o resto eram fundos territoriais. Por isso, se por um lado o elemento que levou à adoção da monarquia e a não-fragmentação do Brasil foi a manutenção do escravismo, por outro, foi a manutenção da soberania sobre esses fundos territoriais” (Moraes, 2001: 112).

Império Brasileiro e às agressões bilaterais de Espanha e França, por isso, o hispano-americanismo assentou no pacto federativo sua fundamentação instrumental para a otimização das *políticas internas* e *políticas externas*, diante dos ganhos trazidos, respectivamente, pela flexibilidade nacional de gestão e pelo emponderamento e solidez da escala internacional frente à ingerência externa.

O fracasso deste ideário adveio dos naturais processos de fragmentação territorial, que foram engendrados funcionalmente pelos interesses das estruturas regionais de poder oligárquico pré-estabelecidos no período colonial.

Ao longo dos anos o projeto bolivariano foi sendo fragmentado pelos interesses das elites *criollas* e seu conteúdo esvaziado pela falta de pragmatismo e pela retórica dos congressos e conferências hispano-americanos que ocorreram após a libertação colonial da América Espanhola.

Se por um lado o hispano-americanismo refletia o surgimento dos Estados Nacionais com o fim do pacto colonial na América Espanhola, por outro lado, as elites *criollas* e os caudilhos regionais que controlavam os governos das capitânias e vice-reinados procuraram consolidar os seus poderes, forjando identidades nacionais.

Quadro 5 - Etapas de Fragmentação da Integração Bolivariana

1824 - 1826	Em 1824 foi convocado um congresso hispano-americano por Bolívar, então presidente da Grã-Colômbia, mas somente no ano de 1826 é que o evento conteceu no Panamá, fracassando com a parca participação de apenas alguns Estados soberanos.
1830 - 1845	Durante 15 anos, o México convocou sucessivas reuniões com o objetivo de se converter em liderança da América Espanhola, mas foi abalado pela desastrosa guerra com os Estados Unidos pela secessão do Texas.
1848-1865	Os encontros de Lima (1848 e 1864-5) e Santiago (1856) procuraram estabelecer mecanismos de proteção militar a um grupo restrito de países contra agressões estrangeiras, embora nunca tenham sido ratificados, diluíram definitivamente a integração bolivariana.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Magnoli e Araújo (2003).

Do ponto de vista da geopolítica da América Espanhola, os fracassos das iniciativas de integração regional foram corroídos pelos interesses conflitantes das elites nacionais, que acabaram recortando o território nos formatos históricos da colonização.

Do ponto de vista do cenário geopolítico expansivo da América Britânica e Portuguesa, o ideal *hispano-americanista*⁶ esgotou suas forças em definitivo com as novas representações de poder, que consolidaram respectivamente os discursos, latinoamericano e panamericano.

Nas relações internacionais do continente americano, o discurso geopolítico de integração espanhola fora substituído pela *geopolítica panamericanista*⁷ dos Estados Unidos, que surgia à condição de potência mundial, pela *geopolítica sulamericana*⁸ de expansão do Império Brasileiro, e por um *discurso latinoamericano*⁹ de influência francesa em vários países.

Ao longo do tempo as influências de cada um destes diferenciados projetos tornou-se hegemônico em algum momento específico conforme as diferentes conjunturas e negociações pelas quais o continente americano passou.

Primeiramente, as duas bandas da América do Sul apresentaram uma grande semelhança de projetos de exploração como herança da formação de nações a partir de colônias. Posteriormente, o domínio de suas economias através do poder hegemônico de empresas *estrangeiras* tornou-se o grande traço de semelhança durante a *pax britannica*. Com o fim da *pax britannica* na Primeira Guerra Mundial, as nações das duas bandas da América do Sul ingressaram no modelo de substituição de importações em meio a demandas nacionalistas de um discurso latino-americano e o surgimento da *pax americana*. Ao fim do modelo de substituição de importações os projetos

⁶ O Hispano-Americanismo surgiu como um ideário de manutenção de uma unidade da América Espanhola com o fim da colonização e surgimento da independência.

⁷ O Pan-Americanismo projeta a existência de um hemisfério americano liderado sob a égide dos Estados Unidos.

⁸ O surgimento de um discurso geopolítico sulamericano tem início com a expansão do Estado-Nação brasileiro, quando o Estado-Império transformou o país em uma nação e lhe atribuiu o manifesto predestino de potência regional, que se expressava não com a expansão de suas fronteiras, consolidadas já ao tempo da colonização, mas através de uma modernização via a industrialização e beneficiada das riquezas naturais. Embora a aspiração de tornar o Brasil em uma potência com hegemonia regional na América do Sul tenha surgido historicamente com o Estado-Império no século XIX, ela foi reconfirmada continuamente ao longo de todo o século XX, sustentada pela industrialização e pelo seu poderio militar geoestratégico.

⁹ A ideologia latino-americana surgiu fora do continente americano, na conservadora França de Napoleão III, com o objetivo de estabelecer uma fronteira para expansionismo estadunidense frente aos demais países do continente Americano, por meio da identificação de uma unidade latina, com traços raciais, históricos e culturais e da assistência a esses povos frente aos Estados Unidos. Após o fracasso da ajuda francesa no México (1861) e do desastre na Guerra Franco-Prussiana (1870-71), a política externa francesa na América Latina acabou, mas a identidade latino-americana persistiu e foi reinventada ao longo do século XX, em um primeiro momento, pelos próprios intelectuais latinoamericanos com a valorização indigenista nas décadas de 1920 e 1930, e em um segundo momento, pela revalorização política e econômica do latino-americanismo para o desenvolvimentismo dos países por meio da integração regional na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

panamericano e sulamericano se inter cruzaram nas negociações do padrão de regionalização transnacional.

Neste percurso histórico, o surgimento dos processos de regionalização na América do Sul e a prospecção futura de uma integração profunda subcontinental podem ser analisados coerentemente se forem levados em consideração as formações territoriais da América Espanhola e da América Portuguesa e as encruzilhadas dos contextos de pressão e negociação entre os discursos panamericano, sulamericano e latinoamericano que são recorrentes e transversais.

3 - A encruzilhada convergente da regionalização na América do Sul

O papel do Estado na América do Sul na conjuntura atual do cenário internacional continua a ser dominante nas relações internacionais, mas perde poder frente à proliferação de *novos atores* imersos no surgimento dos *novos espaços* de organização temporária do capital de *multicortadas redes* originadas de um emaranhado complexo e simultâneo de negociações bilaterais, regionais e multilaterais.

Apesar dos processos de regionalização transnacional terem progredido rapidamente no sistema internacional e na própria América do Sul ao longo de duas ondas regionalistas caracterizadas por uma multiplicidade de iniciativas e frentes negociadoras em que os países estiveram multiparticipando simultaneamente, hoje o subsistema sul-americano de relações internacionais pode ser facilmente dividido em dois espaços transregionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN).

Os países da América do Sul estiveram durante todas as etapas dos processos regionais embebidos pelos esquemas de subregionalização do Mercosul e da Comunidade Andina, o que conseqüentemente desfocou a totalidade da região enquanto uma integração sul-americana.

As negociações para a formação de um esquema de integração raso e assimétrico no continente representaram um marco fundamental para impulsionar o aprofundamento desses dois

esquemas regionais mais avançados e funcionais da América Latina, uma vez que a proposta ALCA, apesar das indefinições estadunidenses ao longo das Cúpulas das Américas, se mostrou como um perigo eminente a continuação do Mercosul e da Comunidade, pressionando esses esquemas a saírem de um momento de crise institucional por meio de uma convergência na América do Sul.

Entre as negociações das Cúpulas das Américas liderada, pelos Estados Unidos para a formação de uma integração comercial no continente, e o surgimento das Cúpulas dos Chefes de Estado da América do Sul, liderada pelo Brasil para a formação de uma integração sul-americana, os esquemas regionais do Mercosul e da Comunidade Andina tiveram que se posicionar entre uma concepção ampliada de Comunidade Sul-Americana de Nações frente à concepção panregional assimétrica da Área de Livre Comércio das Américas.

A posição brasileira foi decisiva por ter sido o único país na América Latina que resistiu à iniciativa assimétrica das negociações da ALCA e do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia, mantendo firme seus objetivos simultâneos regionalistas e multilateralistas na política externa, ao trazer o resgate de uma *visão integrada de América do Sul* por meio da aproximação entre a Comunidade Andina e o Mercosul e ao assegurar a *atuação conjunta dos países do Mercosul* de maneira a não permitir a sua diluição diante das pressões externas ao bloco e dos diferentes interesses internos ao bloco, tal como registrado no caso argentino¹⁰.

As vantagens comerciais explícitas da convergência entre o Mercosul e a Comunidade Andina representam apenas uma das partes significativas das negociações entre ambos os blocos que foi liderada pelo Brasil para fortalecer a posição Sul-Americana frente ao projeto estadunidense de livre comércio continental.

A assimetria de poder na conformação de uma panregião americana conduziu à evidenciação de que a convergência dos esquemas regionais do Mercosul e da Comunidade Andina

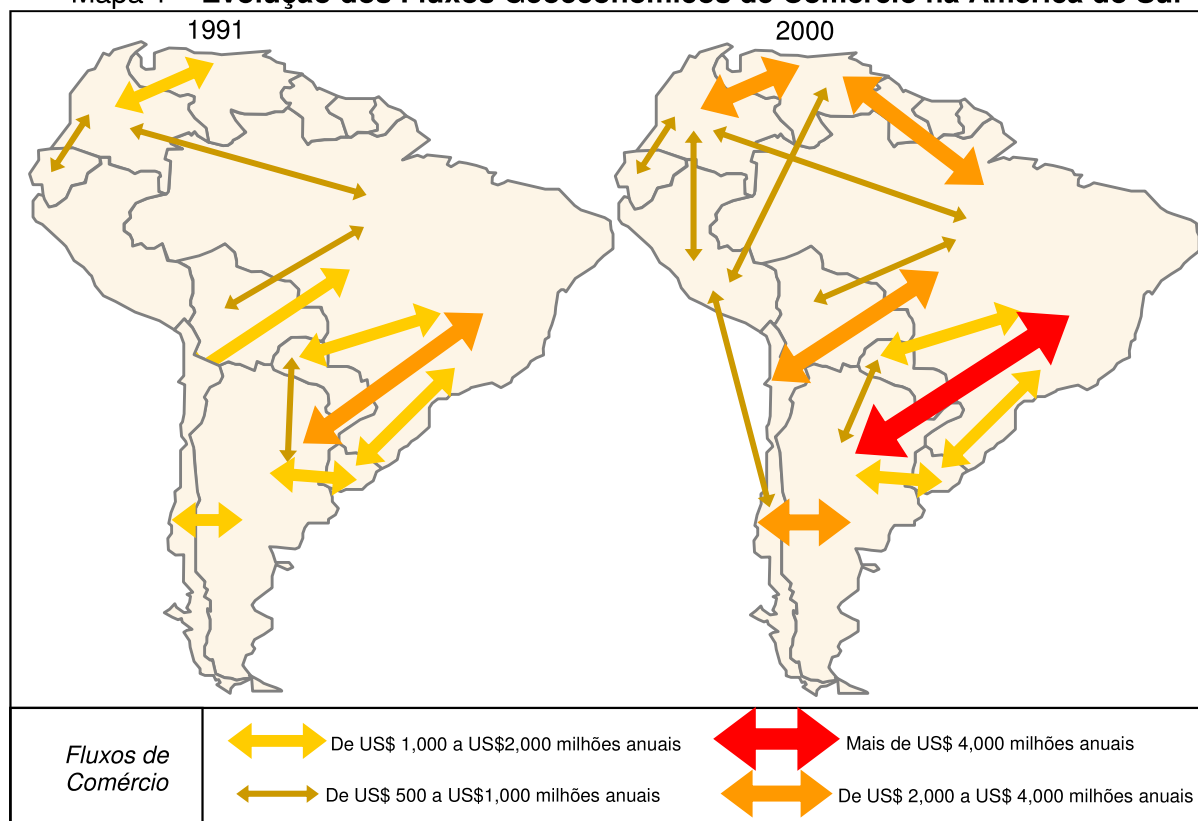
¹⁰ A ambigüidade entre o Mercosul e o alinhamento com os Estados Unidos tem sido uma constante da posição argentina desde o surgimento do Mercosul, com as constantes divergências com o Brasil em torno dos objetivos do processo de integração subregional, até a declarada prioridade outorgada pelos governos argentinos a uma relação preferencial com os Estados Unidos e ao seu apoio à integração como um processo continental (González, 2003).

seria o instrumento mais apropriado para a preservação dos espaços de manobra dos países sul-americanos para engendram o desenvolvimento.

A despeito de um passado histórico assentado em ideais integracionistas da América Latina, a consideração de que a unidade geopolítica e econômica da América do Sul pudesse ser uma plataforma efetiva para o desenvolvimento dos países da região desvela uma série de discursos propositivos de formação de um espaço integrado sul-americano que estão embebidos por uma conjugação de mudanças geoestratégicas que impulsionam as condições internas a cada país e a própria evolução dos acontecimentos internacionais.

Nos últimos anos, a diplomacia brasileira inserida no Mercosul vem assumindo um papel de liderança na região, trabalhando para manter “os vasos comunicantes” mediante uma política de ampliação aos países da América do Sul, no caso mais recente, dos países da Comunidade Andina.

Mapa 1 – Evolução dos Fluxos Geoeconômicos de Comércio na América do Sul



Fonte: Elaboração própria. Baseada em dados estatísticos da CEPAL

A centralidade da América do Sul no discurso diplomático brasileiro faz parte de uma estratégia regional no subcontinente que foi colocada em prática inicialmente pela liderança do Brasil no lançamento em 1992 da Iniciativa Amazônica, ao delimitar a esfera geográfica da política regional diante da exclusão dos países da América Latina. A maturação do discurso sul-americano evoluiu com a proposta ambiciosa de criação de uma Área de Livre Comércio da América do Sul, mas somente se efetivou com a evolução do comércio intra-regional e a consolidação dos esquemas subcontinentais de integração do Mercosul e da Comunidade Andina.

A projeção regional da Comunidade Andina e do Mercosul no continente convergiu gradualmente em um processo de construção diplomática com a ambição de conformação de um Espaço Sul-Americano, por meio de diferentes discussões, que progressivamente foram amadurecidas em 1993 pelos acordos de formação da *Área de Livre Comercio da América do Sul* (ALCSA), em 2000 pela *Iniciativa de Integração Regional da Infra-estrutura da América do Sul* (IIRSA), e finalmente em 2004, pela formação da *Comunidade Sul-Americana de Nações* (CASA), recentemente renomeada para *União Sul-Americana* (UNASUR).

Quadro 7 - Cronologia de negociações diplomáticas do novo regionalismo sul-americano

1991	1992	1993	1995	2000	2002	2004	2005	2006
Fundação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	Proposta de criação da Iniciativa Amazônica	Proposta de criação da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA)	Fundação da Comunidade Andina de Nações (CAN)	I Cúpula dos Chefes de Estado da América do Sul (Brasília). Surge a IIRSA	II Cúpula dos Chefes de Estado da América do Sul (Guayaquil).	III Cúpula dos Chefes de Estado da América do Sul (Cusco). Acordo Mercosul-CAN	I Cúpula da CASA Comunidade Sulamericana de Nações (Brasília)	II Cúpula da CASA Comunidade Sulamericana de Nações (Cochabamba)

Fonte: Elaboração própria.

“O que se procurou não foi só consolidar o Mercosul, mas também constituir um ‘segundo círculo concêntrico’ mediante a celebração de acordos de livre comércio entre o Mercosul e outros países sul-americanos. A sinalização é de um duplo sentido. De um lado, indica que o Mercosul não se esgota em si mesmo, constituindo o núcleo de um processo maior de integração. De outro, reconhece que a realidade para o Brasil não é tanto a América Latina, mas sim, a América do Sul” (Batista Jr., 2005: XII).

O amadurecimento do discurso sul-americano evoluiu com a proposta ambiciosa de criação de uma Área de Livre Comércio da América do Sul, mas somente se efetivou com a consolidação dos esquemas do Mercosul e da Comunidade Andina e propriamente com o lançamento de um projeto transregional de integração física dos territórios sulamericanos

No ano de 2000, durante a Reunião de Presidentes da América do Sul em Brasília, com um maior grau de maturidade institucional dos sistemas subregionais de integração e com um acentuado aprofundamento do alcance e conteúdo de suas negociações, foram geradas as condições necessárias para que surgisse uma mudança qualitativa na integração física regional por meio do lançamento do projeto IIRSA.

“A integração da América do Sul passou a ser analisada em uma instância de diálogo técnico e de intercâmbio de informação, a ser considerada como um dos objetivos essenciais da região para seu desenvolvimento sustentável. [...] Este princípio básico imediatamente posicionou estrategicamente a integração física, posto que, não existe ampliação da integração econômica sem que se obtenha o fortalecimento das prestações de serviços de transportes, comunicações e energia” (Espinosa, 2006).

A Iniciativa de Integração da Infra-estrutura da América do Sul (IIRSA) de desenvolvimento nacional e regional teriam como objetivo basilar, segundo o discurso oficial, o aumento de *capabilities* e capilaridades materiais para a chamada inserção competitiva das empresas e países na economia global por meio de corredores de integração física.

Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil (2006), a IIRSA seria fruto da percepção de que a integração das infraestruturas é essencial para a promoção do desenvolvimento territorial da América do Sul, representando um passo inicial de construção de uma integração ampla tal como acontecera na Europa a partir da formação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço em meados do século passado, enquanto um marco de concretudo para a institucionalização transregional da União Sul-Americana de Nações.

A iniciativa já elaborou uma *Carteira de Projetos*, onde figuram os 348 projetos mais importantes da região que estão centrados em sete processos setoriais e em apenas dez eixos de

integração e desenvolvimento, e uma *Agenda de Implementação Consensuada*, onde constam 31 projetos priorizados para execução de 2005 a 2010.

Neste contexto de integração física, o *Estado integral* cede lugar a um *Estado catalítico*, que está constantemente compartilhando arranjos espaciais de poder transescalar, conformando uma nova dinâmica de governança nacional e internacional por meio das agendas do multilateralismo e do regionalismo. Portanto, o desenvolvimento do Projeto IIRSA atende a uma lógica de modernização do território necessária à ampliação da circulação, etapa chave no atual estágio do capitalismo, no processo de realização do valor.

Por meio desta base física de integração regional dos fluxos, a consolidação dos esquemas sub-regionais de integração (Mercosul e Comunidade Andina) e do projeto político de integração sul-americano (UNASUR) despontam como geoestratégias econômicas de emponderamento nas relações internacionais por meio da cooperação econômica regional e da projeção internacionalizante de inserção nos grandes fluxos de investimentos e de comércio mundiais.

Os processos de integração dos esquemas sub-regionais do Mercosul e da Comunidade Andina e as negociações do projeto UNASUR de integração da América do Sul tendem, por um lado, a interferir nas *dinâmicas territoriais* dos países membros, ao ampliarem na escala dos mercados para as empresas nacionais e internacionais e ao reorganizarem a divisão regional do trabalho conforme os padrões de especialização trazidos pelos fluxos de investimento e comércio, e por outro lado, a aprofundar o grau de *interdependência entre os países* criando uma série de sensibilidades e vulnerabilidades diante dos impulsos estímulos regionais ou internacionais.

Diante da encruzilhada entre a crise de crescimento dos blocos regionais e o perigo da ALCA absorvê-los na América Latina, o Mercosul e a Comunidade iniciam um processo de aproximação institucional através de uma série de Cúpulas de Chefes de Estado sul-americanos que colocaram no centro das políticas exteriores a regionalização integral da América do Sul.

A evolução de discussões de integração da América do Sul tornou as Cúpulas dos Chefes de Estado em um fórum de efetiva centralidade institucional, que tem por um lado aprofundado a

integração no continente por meio do lançamento de uma iniciativa regional de integração da infraestrutura física (IIRSA), e por outro lado, convergido os blocos da Comunidade Andina e do Mercosul em um discurso único – sul-americano – com o surgimento de uma área de livre comércio interblocos e com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

A convergência entre o Mercosul e a Comunidade na Conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) pode ser compreendida no marco do *novo regionalismo* por estar além de um marco de inclinações autárquicas, uma vez que busca termos mais favoráveis para a inserção internacional da América do Sul.

O processo de integração da América do Sul está associado a uma construção espacial dupla, por um lado enquanto um *fim* de desenvolvimento conjunto de Estados, e por outro lado, enquanto um *meio* de resistência à globalização ou às panregiões assimétricas, como contraespaço que reflete práticas espaciais de momentos de mudança geoestratégica ou de forças contra-hegemônicas (Niemann, 2000).

Quadro 8 - Explicações Geoestratégicas para Construção de um Espaço Sulamericano Integrado

<i>Mudanças Geopolíticas</i>	O fim das ditaduras militares em vários países da América do Sul permitiu a superação de rivalidades geopolíticas e de segurança e defesa nacional em função dos esquemas regionais econômicos de integração do Mercosul e da Comunidade Andina. Esses esquemas regionais se tornaram simultaneamente em plataformas internacionais de comércio e em plataformas nacionais de legitimação e garantia da democracia. De uma geopolítica conflitiva para a cooperação desenvolvimentista regional, surgiu um cenário de demanda de ampliação da própria escala de integração ao nível subcontinental, segundo formatos mais profundos e eficientes.
<i>Mudanças Geo-econômicas</i>	Com a proposição de uma integração rasa em todo o continente pelos Estados Unidos via a criação da Área de Livre Comércio das Américas, as uniões aduaneiras do Mercosul e da Comunidade Andina, enquanto esquemas de integração mais profundos, se encontraram em uma situação de eminente perda de suas funcionalidades, uma vez que elas já vinham sendo corroídas pelas crises que afetaram os blocos no final da década de 1990. Diante dessas mudanças geoeconômicas regionais e das pressões inerentes da globalização, começaram a surgir discursos para um fortalecimento dos países sulamericanos em uma escala de integração subcontinental a fim de enfrentar tais desafios assimétricos.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em González (2003).

Enquanto contraespaços regional, o processo de integração da Comunidade Sul-Americana de Nações pode ser interpretado como uma iniciativa de Estados periféricos ou semi-periféricos

frente à imagem de inevitabilidade de processos de integração panregional levada a cabo pelo ator hegemônico Estados Unidos.

Em um espaço internacional complexo e assimétrico, a capacidade de autonomia para os países periféricos efetivarem seus planos de desenvolvimento, reside na eficiência deles garantirem seus interesses nos fronts simultâneos de negociação do tabuleiro internacional perante as conjunturas internacionais dos ciclos econômicos ou as inflexões estruturais dos ciclos hegemônicos.

Nesse cenário, a aproximação entre o Mercosul e a Comunidade Andina liderada pelo Brasil na conformação do projeto da Comunidade Sul-Americana de Nações pode ser interpretada enquanto um espaço de construção geopolítico e geoeconômico desenvolvimentista e enquanto contraespaço regional que responde ao neo-panamericanismo da proposta panregional da ALCA por meio de um resgate de uma idéia de integração neobolivariana.

O reconhecimento do espaço sul-americano como uma forma integral de conceber a convergência final dos esquemas regionais da Comunidade Andina e do Mercosul incorpora uma visão estratégica conjunta dos países que potencia uma melhor inserção nas relações internacionais.

Por outro lado a liderança brasileira pode ser interpretada pelos interesses estratégicos nacionais, uma vez que a intensificação de suas relações com os países da América do Sul em um projeto regional torna-se o suporte e catapulta de uma nova inserção internacional, realizada por meio de uma economia forte com múltiplos vínculos exteriores.

“Ainda que a velha geopolítica nacional, que exaltava as pretensões hegemônicas sobre determinadas áreas e supostos destinos manifestos com base geográfica, inspiradora dos governos das ditaduras militares das décadas de sessenta e setenta tenha sido deslocada com a volta da democracia na década de noventa por uma visão regional que facilita a análise das áreas de mútua influência e das possibilidades de cooperação, as visões tradicionais permanecem vivas no imaginário coletivo dos povos, das elites e dos quadros médios administrativos latino-americanos, persistindo as suspeitas e os receios que impedem uma verdadeira integração regional em função do desenvolvimento (González, 2003: 168).

A liderança brasileira nos processos de aprofundamento das integrações regionais na América do Sul por meio de uma série de discussões originadas nas Cúpulas Presidenciais Sul-Americanas desde 2000 tem confirmado a intenção de construir uma panregião sul-americana para assegurar uma base mais sólida para o seu projeto internacional e para consolidar uma hegemonia regional inexistente.

Referência Bibliográfica

- ANDRADE, M. C. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- BANDEIRA, M. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata**. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- BATISTA Jr., P. N. **O Brasil e a Economia Internacional – Recuperação e Defesa da Autonomia Nacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- CASTRO, I. E. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CHACON, V. **A Grande Ibéria: Convergências e Divergências de uma Tendência**. São Paulo: Unesp, 2005.
- DEMETRIO, M. & ARAÚJO, R. **O projeto da ALCA: Hemisfério Americano e Mercosul na Ótica do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2003.
- ESPINOSA, A. “De la agenda ‘no comercial’ en los últimos 15 años”. **Seminário 15 anos do Mercosul: Avaliação e Perspectivas**. São Paulo: Memorial da América Latina, 2006. Disponível em: <www.memorial.sp.gov.br>.
- GONZÁLEZ, A. C. “Alcances de un Acuerdo de Libre Comercio entre la CAN y el Mercosur”. In: VALENCIA, A. R. *et al.* **La Integración regional de América Latina en una encrucijada histórica**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2003.
- MACHICOTE, E. **La expansión brasileña: Notas para un estudio geohistórico**. Buenos Aires: Editorial Ciencia Nueva, 1973.
- MORAES, A. C. R. “Bases da formação territorial do Brasil”. **Geografares**, nº 2, junho, 2001.
- MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Visão Estratégica Sul-Americana**. Brasília: IIRSA/MP, 2006. Disponível em <www.planejamento.gov.br>, 2007.
- NIEMANN, M. **A spatial approach to regionalism in the global economy**. Basingstoke: Macmillan Press, 2000.
- RUGGIE, J. G. “Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations”. **International Organization**, vol. 47, nº 1, 1993.